COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTE - CVT

Requerimento de Aditamento à Requerimento de Audiência Pública

REQ no		,	de	2	0	2	2)
--------	--	---	----	---	---	---	---	---

Requer aditar o Requerimento, REQ nº 26/2022, para inclusão convidados na Audiência Pública proposta nesta Comissão, debater os desafios regulatórios do de mercado transporte rodoviário de passageiros no Brasil.

Senhor **Presidente**,

Considerando as prerrogativas concedidas Constituição Federal e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, à esta Comissão de Viação e Transporte, CVT, e ainda em razão do Reguerimento, identificado como REQ 26/2022, apresentado pela nobre Deputada Alê Silva, REPUBLICANOS/MG, nesta CVT, com o importante objetivo da realização de uma Audiência Pública em representantes de setores da sociedade civil organizada, governo e Parlamentares, pudessem debater os desafios regulatórios do mercado de transporte rodoviário de passageiros no Brasil, requeiro que à relação sugerida no referido requerimento sejam acrescentadas as seguintes representações de organizações cujas atuações cotidianas influem diretamente do desempenho dos serviços prestados no transporte rodoviário intermunicipal, interestadual e internacional, de passageiros em nosso País.

Em razão do objetivo exposto, sugerimos que à relação apresentada no teor do Requerimento **REQ 26/2022**, que integra a pauta de votação - item nº 5 - desta CVT, na Reunião Extraordinária, convocada para o dia 08/06/2022, no horário das 10h30min, sejam acrescentadas as seguintes representatividades:

- Representante da **ANTT** - Agência Nacional de Transportes Terrestres;





- Representante da CNT Confederação Nacional do Transporte;
- Representante da ANTTUR Associação Nacional dos Transportadores de Turismo e Fretamento;
- Representante da **ABRATI** Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros.

JUSTIFICAÇÃO

O Requerimento REQ 26/2022, propõe realização de audiência pública, no âmbito desta fundamental **Comissão de Viação e Transporte**, **CVT**, para debater os desafios regulatórios do mercado de transporte rodoviário de passageiros no Brasil em face das alegadas expressivas mudanças decorrentes da adoção de novas tecnologias que tem permitido aos pequenos, médios e grandes empresários executarem suas atividades de forma mais eficiente e proporcionando aos usuários dos serviços maior poder de escolha, condições mais vantajosas, além de mais conforto e segurança.

Ao considerar a importância do assunto e a necessidade de sua ampla discussão, proponho que haja maior diversidade de opiniões e experiencias, em manifestações que permitam aos membros da **Comissão de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados** formar melhor discernimento sobre o tema, que tem sido objeto de recorrentes debates e propostas de alterações à legislação vigente.

Para justificar as indicações contidas neste requerimento, informo as atribuições das organizações relacionadas:

- ✓ ANTT Agência Nacional de Transportes Terrestres: Autarquia federal brasileira que é a responsável pela regulação das atividades de exploração da infraestrutura ferroviária e rodoviária federal e de prestação de serviços de transporte terrestre. A ANTT foi instituída pela Lei nº 10.233/2001, seu regulamento segue as disposições do Decreto nº 4.130/2002;
- ✓ CNT Confederação Nacional do Transporte: associação sindical de grau superior que reúne 27 federações, 5 sindicatos nacionais filiados e 41 associações brasileiro da área de transporte;
- ✓ ANTTUR Associação Nacional dos Transportadores de Turismo e Fretamento: É a representação nacional do segmento de fretamento eventual, turístico e contínuo, desde sua fundação em 1978;





✓ ABRATI - Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros: É a associação de âmbito nacional que congrega as empresas de transporte terrestre de passageiros, em especial as que operam os serviços rodoviários regulares de natureza interestadual e internacional.

Em razão do exposto solicito o apoio do plenário desta Comissão a este requerimento.

Sala da Comissão, em 06 de junho de 2022.

Deputado



